



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004A/FMAS/2019.

PROCESSO Nº 2202/2018.

LICITAÇÃO Nº 003/CPL/2019.

VALIDADE: 12 (doze) Meses a partir da assinatura.

Aos três (03) dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Administração de Paracambi, situada à Rua Juiz Emilio Carmo nº50, Centro- Paracambi, CNPJ nº 29.138.294/0001-02, é celebrado o presente compromisso entre o **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, por intermédio do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pela **SRA. ALINE OTILIA SOARES FERREIRA BENEVENUTO**, portadora da carteira de identidade nº 23527816-5 DETRAN e inscrita no CPF sob o n.º. 126.687.287-62 e a empresa **C. ALBERJAN REIS GONÇALVES EIRELI-ME**, cadastrada no CNPJ nº **06.539.978-0001-02**, representada por **CARLOS ALBERJAN REIS GONÇALVES**, portador da Carteira de Identidade nº 09293328-2 IFPRJ, e inscrito no CPF nº 023.066.997-20, e de acordo com o processo administrativo nº **2202/2018**, observadas as Leis Federais nº 10.520/02 e n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar nº 123 de 14 dezembro de 2006, os Decretos Municipais nº4.054/2015, 4.482/2017, nº 4.481/2017, e ainda o edital nº **003/CPL/2019**, os termos da proposta vencedora e as cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Parágrafo Primeiro – A presente Ata tem por objeto vincular a **COMPROMITENTE** com o Sistema de Registro de Preços do Município de Paracambi, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE (PAPELARIA) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ONDE SE ESTIMA O QUANTITATIVO PARA O CONSUMO DE 12 MESES., conforme descritos e especificados no ANEXO 6 – TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO 1 e 1.1 do Edital**, conforme segue:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
04	Almofada para carimbo material, material almofada esponja absorvente revestida de tecido medindo 105x180Mm, tipo intintada - MARCA: RADEX	Unidade	5	R\$6,72	R\$33,60
06	Apontador de metal G148 retangular caixa com 20 unidades.. - MARCA: LEOLEO	Caixa	1	R\$35,00	R\$35,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15	Borracha Plástica Branca Retangular, Medindo (43x22) Mm cx c/ 40 unidades - MARCA: LEO LEO	Caixa	1	R\$15,68	R\$15,68
17	Caderno capa dura brochura pequeno 96 folhas med. 140x200mm - MARCA: KAJOMA	Unidade	30	R\$6,88	R\$206,40
20	caderno espiral capa dura c/96folhas - MARCA: sao domingos	Unidade	40	R\$6,50	R\$260,00
23	Caixa para arquivo morto em polionda, com campo para anotações, altura 24,5cm, comprimento 130cm e largura 350cm cor azul - MARCA: acp	Unidade	15	R\$11,31	R\$169,65
24	Calculadora de mesa simples com 8 dígitos - MARCA: kenko	Unidade	5	R\$24,53	R\$122,65
26	Caneta esferográfica, cor azul, escrita fina, com as seguintes características: traço uniforme, sem borrões ou falhas, corpo (parte externa) em poliestireno transparente, com impressão ou gravação do logo ou marca do fabricante, sem grip antideslizante, tampa com capacidade antiasfixiante e clip para fixação no bolso, sendo sua totalidade na cor azul ou transparente, topeteira (tampinha) totalmente embutida no corpo, não sendo admitido modelos embutidos ou presos por rosqueamento, ponta de latão, não retrátil, com esfera de tungstênio com diâmetro variando entre 0,7mm ou 0,8mm, tinta atóxica, certificado do INMETRO. - MARCA: CIS	Caixa	4	R\$48,00	R\$192,00
27	Caneta esferográfica, cor preta, escrita fina, com as seguintes características: traço uniforme, sem borrões ou falhas, corpo (parte externa) em poliestireno transparente, com impressão ou gravação do logo ou marca do fabricante, sem grip antideslizante, tampa com capacidade antiasfixiante e clip para fixação no bolso, sendo sua totalidade na cor preta ou transparente, topeteira (tampinha) totalmente embutida no corpo, não sendo admitido modelos embutidos ou presos por rosqueamento, ponta de latão, não retrátil, com esfera de tungstênio com diâmetro variando entre 0,7mm ou 0,8mm, tinta atóxica, certificado do INMETRO. - MARCA: CIS	Caixa	3	R\$48,00	R\$144,00
28	Caneta esferográfica, cor vermelha, escrita fina, com as seguintes características: traço uniforme, sem borrões ou falhas, corpo (parte externa) em poliestireno transparente, com impressão ou gravação do logo ou marca do fabricante, sem grip antideslizante, tampa com capacidade antiasfixiante e clip para fixação no bolso, sendo sua totalidade na cor vermelha ou transparente, topeteira (tampinha) totalmente embutida no corpo, não sendo admitido modelos embutidos ou presos por rosqueamento, ponta de latão, não retrátil, com esfera de tungstênio com diâmetro variando entre 0,7mm ou 0,8mm, tinta atóxica, certificado do INMETRO. - MARCA: LEOLEO	Caixa	2	R\$48,00	R\$96,00
29	caneta hidrográfica fluorescente marcador de texto cx c/ 12 unidades - MARCA: jogar	Caixa	1	R\$28,00	R\$28,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

64	Clipe tratamento superficial galvanizado tamanho 5/0 material metal, formato paralelo embalagem com 100 unidades - MARCA: fix paper	Caixa	15	R\$3,84	R\$57,60
65	Clips 2/0 de 500gr - MARCA: fix paper	Caixa	1	R\$14,83	R\$14,83
66	Clips de metal nº 06 cx com 50 unidades - MARCA: fix paper	Caixa	15	R\$3,33	R\$49,95
67	Clips de metal nº 08 cx com 50 unidades. - MARCA: fix paper	Caixa	15	R\$6,56	R\$98,40
68	Clips de metal nº 3/0 cx com 50 unidades. - MARCA: fix paper	Caixa	5	R\$2,19	R\$10,95
69	Clips de metal nº 4/0 cx com 50 unidades. - MARCA: fix paper	Caixa	5	R\$2,19	R\$10,95
72	Cola bastão com 12 - MARCA: LEO LEO	Pacote	2	R\$10,94	R\$21,88
74	Cola branca de 40g, com 5 und cada. - MARCA: zas traz	Pacote	3	R\$13,97	R\$41,91
84	Corretivo líquido, material base água- secagem rápida, apresentação frasco, aplicação papel comum ml, volume 18 ml, caixa com 12 unidades - MARCA: zas traz	Caixa	1	R\$14,59	R\$14,59
90	Elástico material látex forma circular tamanho 18cx 25gg caixa 30 - MARCA: mamuth	Caixa	1	R\$4,00	R\$4,00
91	Envelope branco de 130g 21x26 - MARCA: IPECOL	Unidade	300	R\$0,61	R\$183,00
95	Envelope pardo 16x22 - MARCA: IPECOL	Unidade	300	R\$0,29	R\$87,00
96	Envelope pardo de 130g 21x26 - MARCA: IPECOL	Unidade	300	R\$1,87	R\$561,00
97	Envelope pardo kafi ouro 24 x 34 com 500 unidades - MARCA: IPECOL	Caixa	1	R\$96,00	R\$96,00
98	Envelope pardo tamanho ofício, pacote com 500 envelopes medindo 34x24 - MARCA: IPECOL	Pacote	1	R\$67,20	R\$67,20
110	Fita adesiva 12x30mm, em material em polipropileno de 1 qualidade - MARCA: eurocel	Unidade	10	R\$0,56	R\$5,60
107	Fita Adesiva Crepe 18 x 50mm - 1ª qualidade - MARCA: eurocel	Unidade	10	R\$3,30	R\$33,00
111	Fita adesiva transparente 50mmx50m - MARCA: eurocel	Unidade	10	R\$4,34	R\$43,40
155	furador grande - MARCA: LEOLEO	Unidade	5	R\$81,04	R\$405,20
156	furador pequeno - MARCA: LEO LEO	Unidade	10	R\$10,88	R\$108,80
163	Grampeador, material metal, tipo mesa, capacidade até 20 fl, aplicação folhas,tamanho grampo 26/6, cor preta, comprimento 20 cm, largura 4,30 cm, altura 9,30 cm - MARCA: LEO LEO	Unidade	15	R\$35,68	R\$535,20



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

166	Grampo grampeador, material metal, tratamento superficial niquelado, com 5.000 unidades 26/6 - MARCA: BACCHI	Caixa	10	R\$7,20	R\$72,00
174	Lápis preto, material corpo madeira, matéria carga mina grafite, diâmetro carga 2 mm, dureza carga 2b, formato corpo cilíndrico, diâmetro corpo 7 mm, comprimento total 175 mm, características adicionais sem borracha apagadora, caixa c / 144 unidades - MARCA: Bic	Caixa	4	R\$46,08	R\$184,32
178	Livro ata officio pautado e numerado, medindo 220 x 330 mm, com 100 folhas - MARCA: sao domingos	Unidade	10	R\$13,95	R\$139,50
195	Papel A4, branco para impressora jato de tinta com 10 resma na caixa - MARCA: REPORT	Caixa	10	R\$252,00	R\$2.520,00
227	Pilha palito cartela com 04 unidades - MARCA: kit	Pacote	20	R\$4,38	R\$87,60
245	Quadro branco medindo 0,90x1,20m - MARCA: CORTIARTE	Unidade	10	R\$148,48	R\$1.484,80
247	Quadro de avisos com fundo de feltro e moldura alumínio medindo 1,20x0,90 - MARCA: CORTIARTE	Unidade	7	R\$152,90	R\$1.070,30
252	Régua escolar de plástico transparente medindo 30 cm, graduação polegada cm/pol, tipo material flexível com 25 unidades. - MARCA: LEOLEO	Pacote	30	R\$28,75	R\$862,50
261	Tesoura escritório, material aço inoxidável, tamanho grande, material cabo polipropileno, - MARCA: LEOLEO	Unidade	7	R\$8,56	R\$59,92
263	Tinta para carimbo azul de 40ml - MARCA: RADEX	Unidade	10	R\$4,32	R\$43,20
274	Toner Brother DCP-7065 DN - MARCA: BROTHER	Unidade	10	R\$558,40	R\$5.584,00
VALOR TOTAL: R\$15.861,58 (Quinze mil, oitocentos e sessenta e um reais e cinquenta e oito centavos)					

Parágrafo Segundo – A presente ata vincula, com força contratual, a **COMPROMITENTE** a fornecer os materiais nas condições indicadas, a partir das solicitações realizadas pelo **MUNICÍPIO**.

Parágrafo Terceiro - O presente registro de preços não obriga o **MUNICÍPIO** a solicitar qualquer quantidade de bens registrados, facultando-se a realização de licitação específica para eventual aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Parágrafo Único - O prazo de validade deste Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Parágrafo Único - Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- a) solicitar o fornecimento daquele que detém o Preço Registrado, ou em igualdade de condições, dar preferência a ele no caso de outra licitação realizada para o mesmo objeto desse registro;
- b) realizar os pagamentos devidos à **COMPROMITENTE**, nas condições estabelecidas nesta ata;
- c) fornecer à **COMPROMITENTE** documento, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente objeto;
- d) exercer a fiscalização do fornecimento solicitado;
- e) receber provisória e definitivamente o objeto a ser fornecido nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMITENTE

Parágrafo Único - Constituem obrigações da **COMPROMITENTE**:

- a) Fornecer o objeto licitado de acordo com as normas vigentes e as especificações contidas nesta ata, observado, sempre, a adequação do prazo de validade do produto e dentro do prazo requerido pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Prestar, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;
- c) Acatar as instruções emanadas da fiscalização;
- d) Sob as penas da lei, não divulgar nem fornecer dados e informações referentes ao fornecimento, a menos que expressamente autorizada pelo **MUNICÍPIO**;
- e) Atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social nos termos do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93;
- f) Atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento;
- g) Não transferir ou ceder a obrigação de fornecer prevista nesta ata, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento ao **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado.
- h) Cumprir com todas as obrigações fixadas no Termo de Referência e demais instrumentos integrantes no Edital.
- i) Manter as condições de habilitação que permitam a contratação da empresa pelo **MUNICÍPIO** ao longo da vigência do registro de preços, conforme o previsto no artigo 27 e 55, XIII, da Lei Federal nº 8.666/93 e exigido no edital nº **003/CPL/2019** e seu respectivo Termo de Referência.
- j) Proceder à substituição do produto que for entregue fora de suas especificações, no prazo indicado na notificação.
- k) Arcar com as despesas de carga e descarga e de frete, referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição das mercadorias defeituosas.

Parágrafo único. Independentemente de aceitação, a **CONTRATADA** garantirá a qualidade dos bens de consumo pelo prazo mínimo determinado em lei, a contar da data de sua entrega ao **MUNICÍPIO**, se outro superior não for exigido no Termo de Referência, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito, desde que não sanado a vício no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Parágrafo Único – Os recursos financeiros correrão à conta dos créditos abaixo discriminados:

ORIGEM DOS RECURSOS: 270 / 259 /155 / 253 /165

DOTAÇÃO / COD. REDUZIDO: 816/ 839/ 811/825/832

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.99.00.00.00

CLÁUSULA SEXTA – DO LIMITE FINANCEIRO DAS DESPESAS

Parágrafo Único – Em razão dos preços e das quantidades máximas admitidas no registro de preços, o limite para realização de despesas pelo **MUNICÍPIO**, nos termos desta ata, será da ordem de **Valor total de R\$15.861,58 (Quinze mil, oitocentos e sessenta e um reais e cinquenta e oito centavos)**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

Parágrafo Primeiro – O fornecimento deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, desta ata e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Segundo – A cada fornecimento solicitado, o local e o prazo de entrega serão definidos pelo **MUNICÍPIO**, de acordo com o termo de referência em anexo, a proposta vencedora da Licitação e a presente ata.

Parágrafo Terceiro – A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 03 (três) membros designados pela Secretaria Requisitante.

Parágrafo Quarto – O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações de fornecimento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do Contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão de fiscalização após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo Quinto - O representante do **MUNICÍPIO**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do fornecimento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Parágrafo Sexto – A **COMPROMITENTE** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Sétimo – A instituição e a atuação da fiscalização do fornecimento não excluem ou atenuam a responsabilidade da **COMPROMITENTE**, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Oitavo – Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto da presente ata de registro de preços, o fato será comunicado à **COMPROMITENTE**, que deverá promover o reparo ou a troca no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE

Parágrafo Primeiro – A **COMPROMITENTE** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Segundo – A **COMPROMITENTE** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do fornecimento, podendo o **MUNICÍPIO** a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **COMPROMITENTE**.

Parágrafo Terceiro – A ausência da apresentação dos documentos mencionados no Parágrafo Segundo, ensejará a retenção do valor do pagamento da parcela(s) devida(s), que só poderá ser realizado mediante a regularização da falta.

Parágrafo Quarto – A **COMPROMITENTE** é responsável por todas as despesas com frete, embalagens, equipamentos, impostos, mão-de-obra, entre outras que vise a execução da presente ata e em hipótese alguma destacadas na Nota Fiscal.

CLÁUSULA NONA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro – O **MUNICÍPIO** deverá pagar à **COMPROMITENTE** o valor total constante de cada fatura apresentada, que deverá corresponder ao fornecimento solicitado pelo **MUNICÍPIO**, sendo o pagamento efetuado diretamente na conta corrente de titularidade da **COMPROMITENTE** indicada no formulário de pedido de pagamento.

Parágrafo Segundo – O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

de adimplemento da obrigação, ou em 05 (cinco) dias úteis, na forma do §3º, art. 5º da Lei 8.666/93, devendo então a COMPROMITENTE promover a entrada do documento de crédito, isento de erros, na repartição competente, previamente atestado por dois servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do objeto.

Parágrafo Terceiro – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Quarto – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo Quinto – Caso o atraso de pagamento ultrapasse um ano, o valor será corrigido pelo IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA

Parágrafo Primeiro – O **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de até 5% (cinco) por cento do valor correspondente ao quantitativo disposto na solicitação de fornecimento, a ser restituída após execução satisfatória das obrigações da COMPROMITENTE.

Parágrafo Segundo – Caso o valor correspondente ao quantitativo disposto na solicitação de fornecimento seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor da solicitação de fornecimento.

Parágrafo Terceiro – Em caso de rescisão da ata motivada por culpa do comprometente, a garantia reverterá integralmente aos cofres do **MUNICÍPIO**, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

Parágrafo Quarto – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontadas da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa da ata de registro de preços.

Parágrafo Quinto – Qualquer garantia que venha a ser prestada deverá obrigatoriamente ser depositada



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

na Tesouraria da Secretaria Municipal de Finanças (SECFIN), situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ – Tel. (21) 2683-9113 / (21) 2683-9103.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO COMPROMISSO

Parágrafo Primeiro – A presente Ata poderá ser alterada, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

Parágrafo Segundo – A presente Ata poderá sofrer alterações, nos seguintes casos:

- a) Em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou no caso de ocorrência de fato que eleve o custo dos bens registrados, o Município poderá promover as negociações junto aos detentores do Registro.
- b) Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
 - I – convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado para o mercado;
 - II – frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
 - III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo terceiro – O Fornecedor poderá ter seu registro cancelado de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 4.054/2015, nas seguintes hipóteses:

- I - Se o fornecedor descumprir as condições estabelecidas no contrato celebrado;
- II - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior ao praticado no mercado;
- III – Tiver presentes razões de interesse público.
- IV – não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**, sem a justificativa aceitável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro – O registro de preços dos bens contemplados nesta ata poderá ser cancelado:

- I – pela Administração, quando:
 - a) os preços registrados apresentarem-se superiores aos do mercado, sem que o fornecedor aceite reduzir o preço registrado;
 - b) ocorrer uma das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, situação que equivalerá, para fins de consequências jurídicas, à rescisão contratual, incluindo os casos de descumprimento das condições da presente ata e da não retirada da nota de empenho ou ordem de serviço correspondente à solicitação de fornecimento, sem justificativa aceitável.
- II – O registro de preços poderá ser suspenso a pedido do fornecedor, mediante requerimento por escrito e sujeito à aprovação do órgão gerenciador, quando ficar comprovada a impossibilidade definitiva ou temporária, de cumprir as exigências da licitação por pregão que deu origem ao Registro de Preços.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro de preço será formalmente motivado nos autos do processo administrativo, assegurado à COMPROMITENTE o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro – A declaração de cancelamento do registro de preços, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Quarto - Na hipótese de cancelamento do registro de preço por culpa da COMPROMITENTE, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a mesma sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado do fornecimento não efetuado, sem prejuízo da retenção de créditos e das perdas e danos que forem apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro – A inexecução do fornecimento, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso ou pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos, aplicada por dia de atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços assinada por cada licitante vencedor, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços assinada por cada licitante vencedor em caso de rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado, sempre que aplicável, o disposto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo segundo – A aplicação de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do órgão gerenciador, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

Parágrafo terceiro – A imposição das demais penalidades é de competência exclusiva da **PREFEITA**, a teor do disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo terceiro - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

(setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

Parágrafo quarto – As sanções previstas nas alíneas a, e, f do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as sanções previstas nas alíneas b, c, d, facultada a defesa na forma prevista no Parágrafo Quarto.

Parágrafo quinto – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido o desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até a completa quitação.

Parágrafo sexto – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa da Ata de Registro, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo sétimo – O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Parágrafo Primeiro – As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **COMPROMITENTE**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do fornecimento tenha acarretado, serão cobrados judicialmente quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **COMPROMITENTE** tenha em face do **MUNICÍPIO**, quando não comportarem cobrança amigável.

Parágrafo Segundo – Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **COMPROMITENTE** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

Parágrafo Primeiro – O presente registro não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

Parágrafo Segundo – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Parágrafo Primeiro – Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **COMPROMITENTE**, a impossibilidade de opor, perante o **MUNICÍPIO**, a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

Parágrafo Segundo – A suspensão da execução a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **COMPROMITENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ADESÃO DE OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Parágrafo Primeiro – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata.

Parágrafo Segundo – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

Parágrafo Terceiro – As aquisições adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, desde que demonstrada a vantagem na contratação da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA ATA

Parágrafo Primeiro – Após a assinatura da presente ata, deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo oficial de publicação do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.

Parágrafo Segundo – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Parágrafo Primeiro – Fica eleito o Foro da Comarca da Paracambi/RJ, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente termo que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta ata, firmam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, e na presença das testemunhas abaixo firmadas.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Paracambi, 03 de Setembro de 2019.

**ALINE OTILIA SOARES FERREIRA BENEVENUTO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO**

**C. ALBERJAN REIS GONÇALVES EIRELI-ME
CARLOS ALBERJAN REIS GONÇALVES- CPF nº 023.066.997-20
CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

1 - _____.

2 - _____.